

União contra a dívida *Externa*

A advertência do presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, no sentido da união latino-americana para encaminhamento consensual do problema da dívida externa, filia-se ao primado da coerência e sugere uma posição adequada à questão. Com a experiência de quem presenciou em seu país a explosão da ira popular, com 200 mortos, em razão de políticas associadas à administração da dívida, Perez sabe exatamente o que prega e conhece a dimensão do impasse social no seu aspecto mais dramático, a revolta da população.

Não há mais qualquer dúvida sobre o caráter político da questão. Os esforços realizados pelos países com saldo em vermelho nas suas contas externas, justamente para equilibrá-las, resultam em crescente empobrecimento. É daí que nascem as variáveis da violência, como ocorreu na Venezuela e repetiu-se na Argentina, com desgastes altamente prejudiciais à estabilidade política. Economias em estágios carenciais, por suas maléficas projeções no campo social, configuram situação de extrema violência.

São tais conceituações políticas que ilustram o raciocínio do presidente venezuelano. É certo que seria inviável a formação de uma frente comum para, de forma impositiva, colher a solidariedade das nações credoras. Os devedores latino-americanos têm, cada qual, situações bastante singulares, determinadas não só por aspectos pró-

prios, como pelas diferentes condições que exibem, inclusive sob o ponto de vista das potencialidades econômicas.

Todavia, a proposta do presidente Perez não desconhece a realidade individualizada dos países devedores. Por isso mesmo, não sugere a globalização da dívida para efeito de obter tratamento único no processo de amortização. Apenas considera indispensável a unificação de pontos de vista no que diz respeito à qualificação do problema como de ordem estritamente política, para tê-lo conjuntamente tratado a partir dessa conceituação básica.

Por coincidência e, no caso, para dar-lhe razão, o Banco Mundial veio a público, considerando-se altamente recompensado por haver destinado à América Latina e Caribe, no exercício anual encerrado em junho, empréstimos da ordem de 5,8 bilhões de dólares. Ora, a dívida conjunta dos países da área são da ordem de 360 bilhões de dólares. Logo, os recursos tão pressurosamente considerados expressivos pela instituição não representam, sequer, 1,5 por cento da dívida. E, no referido período, só o Brasil pagou de juros algo em torno de 16 bilhões de dólares.

Conclui-se, portanto, pela inevitável convergência de vontades dos povos latino-americanos para solução do problema, na linha agora preconizada pelo presidente venezuelano.